



A subjetividade no país do futebol

**Copa do Mundo no Brasil divide opiniões,
traz à tona contradições e suscita debate sobre
a fragilidade da democracia**





Conselho Regional
de Psicologia SP

psi 178

Publicação do Conselho Regional de Psicologia
de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidenta | Elisa Zaneratto Rosa
Vice-presidenta | Maria Erminia Ciliberti
Secretário | Luis Fernando de Oliveira Saraiva
Tesoureira | Adriana Eiko Matsumoto

Conselheiros

Adriana Eiko Matsumoto, Alacir Villa Valle Cruces,
Ana Paula Porto Noronha, Aristeu Bertelli da Silva,
Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro,
Dario Henrique Teófilo Schezzi, Elisa Zaneratto Rosa,
Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara,
Guilherme Luz Fenerich, Gustavo de Lima Bernardes
Sales, Ilana Mountian, Janaina Leslão Garcia, Joari
Aparecido Soares de Carvalho, Jonathas José Salathiel
da Silva, José Agnaldo Gomes, Livia Gonsalves Toledo,
Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo
Berni, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Maria
Erminia Ciliberti, Marília Capponi, Mimamar Pinto
da Fonseca Pagliuso, Moacyr Miniussi Bertolino Neto,
Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Spósito, Sergio
Augusto Garcia Junior e Silvio Yasui.

Realização KMZ Conteúdo (11) 3031-7360

Jornalista responsável Marina Bueno (MT b 54.276)

Reportagens Erika Mazon, Marina Bueno e Svendla Chaves

Arte Fajardo Ranzini Design Gráfico (11) 3021-2465

Foto da capa Shutterstock.com

Revisão KMZ Conteúdo

Impressão Rettec Artes Gráficas

Tiragem 85.000 exemplares

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410-020 São Paulo SP
Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br

Diretoria | direcao@crpsp.org.br

Informações | info@crpsp.org.br

Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br

Administração | admin@crpsp.org.br

Comunicação | comunicacao@crpsp.org.br

Site | www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932

Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235-2324,
3235-2441

Bauri | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020

Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516

Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847

Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658

São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047

Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370

Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315

UM DIA NA VIDA | CONQUISTAS E DESAFIOS DA PSICOLOGIA DO ESPORTE

O campo de atuação também de psicólogas/os vem ampliando espaço
e conquistando reconhecimento. **4**

PERSPECTIVA DO USUÁRIO | UNIDOS PELA LOUCURA DO CARNAVAL

Atendidos em serviços de saúde mental que integram a ala
“Loucos pela X”, da escola de samba paulistana X-9, contam sua experiência. **7**

ORIENTAÇÃO | CUIDADOS DEVEM SER SINGULARES, PORÉM

DEFINIDOS COLETIVAMENTE
Projeto Terapêutico Singular (PTS), na área de saúde, e Plano de
Atendimento Individual (PIA), na de Assistência, embasam os atendimentos. **10**

SUBSEDES | “ROLEZINHOS” É TEMA DE RODA DE CONVERSA

A subsede de Bauri promoveu debate sobre a repressão contra a
juventude; em Assis, questões raciais foram foco de parcerias. **13**

CAPA | EM CAMPO, A SUBJETIVIDADE!

Movimentos pró e contra a realização da Copa do Mundo no Brasil
refletem nuances da cultura nacional. **14**

MUNDO DO TRABALHO | ENTRE A SAÚDE E A SEGURANÇA

Profissionais que atuam no sistema prisional têm como desafio equilibrar
o papel pericial e a atenção à saúde dos detentos. **17**

PSICOLOGIA E COTIDIANO | MEU FILHO VAI MAL NA ESCOLA

Psicóloga e educadora orienta sobre os aspectos que envolvem a demanda
apresentada por grande parte dos pais. **20**

MUNDO MELHOR | PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA

A rádio comunitária Nova Paraisópolis FM comprova os benefícios
da democratização da mídia. **23**

QUESTÕES ÉTICAS | PROCESSOS ÉTICOS E PENALIDADES

Lidar com pessoas que planejam ou já tentaram o suicídio requer
discernimento e imparcialidade, segundo especialista. **27**

MURAL | CONHEÇA O PORTAL DO CRP SP NO YOUTUBE

Seção aborda apoio do Conselho ao projeto que acaba com “autos de
resistência” e à posição da ONU de considerar tortura a internação compulsória. **30**

ESTANTE | TÍTULOS

Agora, a seção apresenta também dicas de vídeos de interesse da categoria. **31**

A psicologia e a valorização da dimensão subjetiva da realidade

A Copa do Mundo acontece no país do futebol e o Brasil vive às voltas com uma pluralidade de processos e acontecimentos a ela relacionados. A conclusão das grandes obras envolvendo estádios, aeroportos e outras construções foi marcada por inúmeras reverberações, das modernizações produzidas aos efeitos nefastos a trabalhadores envolvidos e populações que vivem próximas aos locais dos jogos. A mobilização dos torcedores, estampada nas ruas, casas, nos carros e nas caras pintadas e enfeitadas, de um lado e, de outro, as manifestações que questionam e denunciam o grande evento, as quais enfrentam os mecanismos legais e as operações estatais que se apresentam para seu controle. As cidades se reorganizaram e reorganizaram-se os calendários. São inúmeros elementos que constituem esse momento histórico, os quais, com toda certeza, só poderemos identificar e compreender em toda a sua complexidade ao longo do tempo.

Por detrás disso tudo, uma dimensão fundamental, muitas vezes pouco reconhecida ou colocada em análise: a dimensão subjetiva. São afetos, sentidos, concepções, ações, expectativas, convicções, projetos coletivos e individuais, sonhos, enfim. São os processos que constituem a subjetividade humana, ao lado de outros elementos que produzem esse momento histórico. A dimensão da realidade que a Psicologia busca compreender e analisar e em relação à qual nossa profissão atua. Por isso, diante de todas as análises, interpretações e intervenções em relação à Copa do Mundo no Brasil, a Psicologia tem algo a dizer.

Assim como a Copa do Mundo, também a Psicologia tem algo a dizer e, portanto, contribuições possíveis em relação a inúmeros outros processos que enfrentamos hoje na nossa sociedade: as manifestações dos jovens nos grandes shoppings das cidades, suas mo-

tivações, determinações e os efeitos produzidos em diferentes parcelas da população; os processos escolares, as expectativas e os receios em relação às crianças que não respondem às exigências do processo de escolarização, produzindo uma tensa e imensa demanda daqueles que “vão mal na escola”; a constituição de equipes esportivas e a relação da população com as práticas e atividades físicas; a questão racial; os processos de comunicação e as iniciativas pela democratização e pluralização das informações que circulam para o nosso povo. Esses são alguns dos temas trazidos nesta edição. Buscamos colocar em diálogo leituras rela-



ativas à dimensão subjetiva que constitui esses fenômenos, apontando com isso possibilidades e referências relativas ao trabalho das/os psicólogas/os.

Oferecemos esta publicação do CRP SP como mais um canal de orientação. Nela disponibilizamos reflexões que podem guiar o exercício profissional em dife-

rentes situações: da construção de projetos singulares de atenção à complexidade própria dos casos que envolvem situações de suicídio, ou ainda aos desafios de enfrentar as duras condições para construir uma atuação qualificada no sistema prisional. São contribuições que pretendem qualificar a prática profissional, trazendo ainda um novo elemento: a perspectiva do usuário dos serviços de Psicologia, que, entendemos, deve ser protagonista na orientação e direção das intervenções realizadas.

Nossa expectativa é de que essa leitura contribua com a prática profissional de cada psicóloga/o de nosso Estado, na direção de uma atuação ética, qualificada e comprometida com a dignidade da nossa população.

XIV Plenário do Conselho Regional
de Psicologia de São Paulo

Conquistas e desafios da Psicologia do Esporte



CAMPO de trabalho é cada vez mais reconhecido no Brasil, embora os avanços na área de pesquisa ainda sejam tímidos

A Psicologia do Esporte foi reconhecida como uma subárea da Psicologia pela American Psychological Association (APA) em 1986. No Brasil, à época da instituição do título de especialista em Psicologia, ela foi regulamentada como especialidade. Com muitas associações e grupos organizativos de psicólogas/os que atuam e pesquisam no campo, a Psicologia do Esporte tem alcançado projeção cada vez mais relevante no Brasil, embora muitas pessoas a relacionem mais com as Ciências do Esporte do que com a própria Psicologia. A confusão é provocada principalmente pelo fato de os cursos de graduação em Psicolo-

gia não incluírem disciplina obrigatória em Psicologia do Esporte, o que acontece na formação em Educação Física.

Alessandra Dutra, consultora, psicóloga do esporte da Seleção Feminina de Handebol brasileira, do Centro de Formação de Tenistas e do Centro de Formação de Atletas Bauer, analisa a questão. “Embora a Psicologia do Esporte possa ser uma ciência dentro das ciências do esporte, para os psicólogos é uma prática. E em uma prática existem diversas linhas a serem lidas e interpretadas. Por isso, acredito que a Psicologia do Esporte não seja uma disciplina acadêmica nos cursos de Psicologia, mas uma prática que

pode ser estudada em outra disciplina, ligada às instituições, por exemplo, ou vista como um estágio aplicado”. Também de acordo com a psicóloga, isso acaba dificultando a divulgação da área profissional na graduação e a elaboração de pesquisas sobre o tema. “Provoca um *gap* grande para os estudantes entre a graduação e a pós-graduação. Eles só vão produzir cientificamente na área na pós-graduação. Em contrapartida, como no curso de graduação da Educação Física existe a disciplina Psicologia do Esporte, os educadores físicos acabam tendo uma noção mais ampla da Psicologia do Esporte do que o próprio estudante da Psicologia. E é

aí que mora um grande problema: educadores físicos se veem mais capacitados do que a nossa própria categoria, que fica um pouco amarrada. Dessa forma, outros profissionais se apropriam de algumas questões que são ligadas à Psicologia, principalmente intervenções. Essa é a grande dificuldade que eu vejo em não termos a área mais explorada nas faculdades”, diz.

Prática x pesquisa

Em suas várias viagens internacionais, acompanhando atletas em importantes competições, Alessandra pôde perceber a maturidade da Psicologia do Esporte em diferentes locais. Sua avaliação é de que o Brasil é muito rico na área prática, enquanto outras nações estão muito mais avançadas no campo das pesquisas. “Porém há também uma lacuna entre os países com muitas produções científicas, cujos estudos nem sempre refletem com fidelidade a rotina

da área pela falta de conhecimento prático. Do outro lado, há o Brasil, que possui bastante prática, mas não desenvolve muitas pesquisas”, pondera.

O reconhecimento da área nos últimos anos no País, mesmo sem grandes registros dos profissionais em anais e periódicos acadêmicos, é notável. Alessandra diz que o Brasil é um dos que mais avançam na credibilidade do trabalho da Psicologia com os profissionais do esporte. “É mais fácil para um técnico ou professor de educação física se aproximar da Psicologia no Brasil do que em outros países, como Estados Unidos, em que os técnicos exercem diversas funções. E como já temos atuações expressivas de psicólogos em esportes de alto rendimento, a área acaba sendo mais divulgada pela mídia e alcança reconhecimento”, acredita.

Foi com o apoio do trabalho de Alessandra, em parceria com outros profissionais dos campos da

saúde e dos esportes, que a Seleção Feminina de Handebol brasileira conquistou seu primeiro título mundial, em 2013 na Sérvia, e a medalha de ouro nos Jogos Sul-Americanos do Chile, este ano. A façanha ganhou as manchetes, divulgando direta ou indiretamente a atuação e importância de equipes interdisciplinares na preparação de atletas, incluindo psicólogas/os do esporte.

Interdisciplinaridade

Como psicóloga do esporte da Seleção Feminina de Handebol há quatro anos, Alessandra Dutra diz que os resultados expressivos obtidos pelo time só foram possíveis pela atuação de equipe interdisciplinar. “No alto rendimento, podemos ter técnico, supervisor, assistente técnico, treinador de goleiros, preparador físico, médico, nutricionista, massoterapeuta e fisioterapeuta. São profissionais que têm de adotar a mesma linguagem



Alessandra Dutra orienta a central da Seleção Feminina de Handebol, Ana Paula

em suas áreas. É um trabalho que precisa ser feito com a comissão, com as atletas e no grupo como um todo, desde a presidência da Confederação até a atleta mais novinha da seleção”, afirma. Por isso, o primeiro passo de Alessandra é fortalecer ou ajudar a desenvolver uma identidade solidificada, para depois trabalhar desdobramentos.

O resgate da história e, consequentemente, a formação de uma identidade forte é relevante, pois todos os profissionais devem atuar em equipe para a preparação adequada dos atletas. “Quem deve brilhar são as pessoas que serão servidas, o time em si. Nossa prática tem de ter uma linha de trabalho

Áreas de atuação

Na Psicologia do Esporte há diferentes rumos a seguir: alguns bastante recentes, como no caso de transição de carreira, e outros mais reconhecidos, como a atuação com atletas em esportes de alto rendimento.

Alto rendimento: Inclui programas de treinamento psicológico na busca de melhor desempenho em competições dos chamados esportes de alto rendimento. As atividades desenvolvidas visam, entre outros, ao enfrentamento do estresse competitivo, ao controle da atenção e concentração, ao fortalecimento de habilidades de comunicação, ao desenvolvimento de liderança e à coesão de equipe.

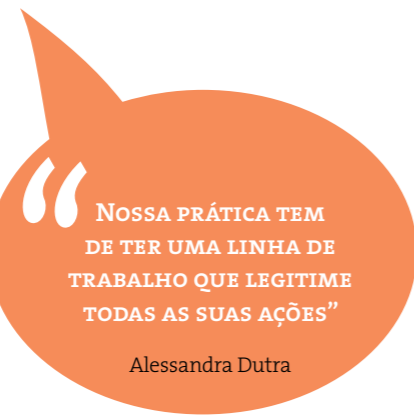
Qualidade de vida e bem-estar: Engloba a organização e o desenvolvimento de atividades físicas específicas em locais como academias e nos contextos de trabalho.

Reabilitação: Concentra atividades esportivas desenvolvidas para reabilitação física e social.

Iniciação esportiva: Atuação para o desenvolvimento de jovens atletas.

Projetos sociais: Auxilia o trabalho de atuação psicossocial por meio de atividades esportivas.

Transição de carreira: Visa apoiar atletas em transição de carreira, ou seja, que buscam recolocação profissional em áreas fora da esportiva.



que legitime todas as suas ações, tem que ter historicidade e lógica. E fica mais fácil quando poucos integrantes mudam no grupo, já que a filosofia de trabalho fica forte e as pessoas que entram entendem e acompanham essa filosofia. A meta de resultados só aparece quando a meta de processo fica mais sólida”. Como um grupo profissional coeso e grande pode ser custoso, Alessandra defende uma organização mais efetiva das/os psicólogas/os para o desenvolvimento de políticas públicas dirigidas ao contexto esportivo.

O trabalho da psicóloga com a Seleção Feminina de Handebol é contínuo. Ela estava com a equipe em todos os eventos importantes dos últimos anos e foi uma das poucas profissionais da Psicologia na Vila Olímpica em 2013 – segundo lembra, além dela havia somente um psicólogo francês. Agora, o momento é de novos desafios. “A equipe de handebol saiu da fase competitiva, conquistou títulos importantes, e tenho de trabalhar a manutenção disso. É outro salto de maturidade. É gostoso, mas muito trabalho, pois entram novos conceitos. Uma coisa é chegar ao resultado, outra é mantê-lo.”



JOÃO CARVALHAES, O PIONEIRO

“O homem”. Era essa a forma como os jogadores da Seleção Brasileira de Futebol de 1950 se referiam ao psicólogo João Carvalhaes, em uma demonstração de reconhecimento de seu trabalho para a manutenção do equilíbrio e na motivação da equipe – campeã do mundo na Suécia.

Pioneiro da Psicologia do Esporte no Brasil, Carvalhaes foi homenageado pela Comissão de Psicologia do Esporte do CRP SP, em maio de 2000, com a elaboração de documentário sobre sua trajetória, disponível no <http://www.crsp.org.br/memoria/joao/videos.aspx>.

No vídeo, esportistas e jornalistas que conheceram o profissional testemunham o estranhamento com que foi recebida, no meio, a contratação de um psicólogo para acompanhar a Seleção Brasileira. Carvalhaes acumulava experiência como comentarista de *boxe*, ministrante de cursos para juizes e árbitros de futebol, e acompanhante de equipes – começou no São Paulo Futebol Clube – em campeonatos internacionais.

Com foco na formação integral do atleta, o trabalho do psicólogo foi gradualmente conquistando respeito. Assim, em 1976, quando faleceu, já havia publicado artigos, proferido palestras e participado de vários congressos – meios pelos quais expôs suas atividades ao grande público.



Vanessa Marques

Grupo coeso e solidário reconhece os benefícios proporcionados pelo trabalho

Unidos pela loucura do Carnaval

ATENDIDOS em serviços de saúde mental participam ativamente da confecção de fantasias e dos desfiles na avenida

O projeto “Loucos pela X” é experiente tanto na confecção de fantasias carnavalescas como em mudanças positivas na vida de seus integrantes. Tudo começou em 2001, no antigo ambulatório de saúde mental do bairro Jaçanã, em São Paulo, que abrigava projeto de geração de renda em que os usuários produziam papel reciclado – uma das abordagens do tema que a escola de samba X-9 Paulistana apresentou no desfile daquele ano. À convite do carnavalesco da agremiação, Lucas Pinto, os participantes do projeto compuseram uma ala que tratava a função do papel como terapia em fantasias que faziam alusão a Arthur Bispo do Rosário. Assim, ajudaram na confecção do Manto da Anunciação, obra do Bispo, que continha flores de papel reciclado formando uma cruz, e ganharam a avenida. A

X-9 gostou do resultado e fez outro convite: que a “Loucos pela X” se tornasse ala permanente da escola e desfilasse como qualquer outra, já que o espaço era de reconhecimento, e não de privilégios.

O projeto se fortaleceu enquanto os ambulatórios de saúde men-

tal eram extintos. O do Jaçanã foi desmembrado em dois serviços: um Centro de Atenção Psicossocial (Caps) e um Centro de Convivência e Cooperativa (Cecco), que acolheu as atividades da “Loucos pela X”. Os participantes confeccionavam suas fantasias, 25% delas subsidiadas para que usuários da rede de saúde mental pudessem desfilar, sendo o restante vendido para financiar o trabalho. Dessa forma, passaram-se cinco carnavais no Centro de Convivência, até a definição de que o projeto de geração de renda deveria ganhar autonomia. Desde então, é autossustentado, ou seja, todos os seus gastos são financiados graças à venda de parte das fantasias. A parceria com a X-9 continua, mas, no último Carnaval, foram confeccionadas fantasias também para outra escola. Hoje, a “Loucos pela X” é um ateliê



Vanessa Marques



Ensaio da ala é marcado por descontração

de Carnaval como qualquer outro, reconhecido por sua especialidade, mas que ganhou ainda uma segunda vertente, além da geração de renda aos usuários da rede de saúde mental: a de promoção da inclusão no universo carnavalesco pela cultura, alegria e pela organização de um campo de trocas afetivas.

A intenção, diz Pedro Gava, um dos coordenadores do projeto, é a contínua evolução. “Se estamos felizes com nosso trabalho e num lugar feliz, isso tem repercussões na vida, repercussões que podemos chamar de terapêuticas. Se trabalhamos no que gostamos, investimos, criamos laços afetivos e solidários, isso repercute em alegria e bem-estar. Os participantes têm claro que isso é um investimento deles. Eles se apropriaram do espaço e do capital gerado, e isso faz deles pessoas mais potentes para a vida”, afirma.

Participantes

Dos 13 atuais participantes do projeto, a maior parte está na “Loucos pela X” desde os primeiros anos, como Nirma Sueli dos Santos, de 57 anos. Ela conta que o início das atividades foi de hesitação. “Ficamos meio ansiosos, confusos sobre como poderíamos entrar

da e, após a alta médica, ingressou na iniciativa de geração de renda. Meses depois, seu pai faleceu, porém, já integrada ao projeto, conseguiu lidar melhor com a perda.

Quem também comemora ganhos é Edite Celeste de Souza, de 50 anos, que já passou por internação e ingestão de altas dosagens de remédios, mas hoje tem outra vida. “Eu vim me desenvolvendo, aprendendo, e hoje sou uma aderecista. Aqui no grupo somos como irmãos: o que um não sabe fazer, o outro ensina. É gostoso também quando chega a hora da avenida; a gente sente a adrenalina subindo e a alegria de saber que o mundo inteiro está vendo. Tem psicólogos que vêm de outras cidades para brincar com a gente e ficam encantados. Somos loucos entre aspas; a gente faz muita coisa e estamos evoluindo a cada dia. Hoje tomo medicamento, mas é um miligrama, e a doutora diz que estou ótima”, comemora.

Integração

“Não somos mais aquelas pessoas deprimidas que só comem, bebem e dormem. Agora, a gente vem e traz marmita, tem horá-

“NÃO SOMOS MAIS AQUELAS PESSOAS DEPRIMIDAS QUE SÓ COMEM, BEBEM E DORMEM”

Maria Sônia de Santana

nesse negócio de escola. Foi um corre-corre danado, surpresas, não esperávamos isso, vivíamos de medicação de controle”, diz. Com a morte da mãe, Nirma foi interna-



Ala “Loucos pela X” desfilou este ano com fantasias e alegorias feitas pelos integrantes do coletivo de geração de trabalho e renda

rio de almoço, café da tarde, tudo organizado. Às vezes ficamos irritados, nervosos, mas vem um e conversa, vem outro e anima. Esse trabalho é muito importante; não sou mais aquela que andava com muleta, com aparelho. Hoje sou outra grande mulher.” A afirmação, de Maria Sônia de Santana, de 51 anos, reflete o espírito dos participantes da “Loucos pela X”. Integração e convivência são fundamentais para eles, e citados como os grandes diferenciais do projeto.

“Manter a cabeça ocupada”, “ter sobre o que conversar”, “sentir orgulho de o mundo ver as fantasias” estão na boca de todo o grupo. Mãe e filha, Clarice da Silva, de 58 anos, e Flávia da Silva Arruda, de 31, são hoje mais próximas e, segundo dizem, amicíssimas. Flávia aprendeu a colar lantejoulas e fazer costeiros, decora os enredos e gosta de ser chamada de passista. Já sua mãe, que diz estar no projeto de “lambida”, por ser acompanhante, conta que a filha melhorou 100%. “Antes a gente ficava sem assunto, olhando uma para a outra. Aqui foi a regulação de tudo; eu não entendia, e ela não me entendia. Agora eu sei o que está se passando, sei como ajudar na integração. É uma maravilha, a gente não se desgruda”, orgulha-se Clarice.

Alessandro Andrade de Lima, 38 anos, também fez amigos e mudou a forma de se relacionar com as pessoas. Muito tímido, ele pouco conversava. Depois de ingressar no projeto, passou a desfilar todos os anos e conta que não tem mais vergonha de fazer perguntas e bater-papo. “Para mim foi bacana porque daqui eu arrumei serviço fora também, trabalhei sete anos num banco. Depois do projeto eu não tenho mais vergonha”, revela. Novas convivências mudaram também a vida de Sidnei Leão, 52 anos, que ingressou no ateliê depois da insistência de familiares: “no começo foi mais pra minha família, para minhas irmãs. Elas



Vanessa Marques

Integração e convivência são valores fundamentais para os atendidos

me mandaram para o Centro de Convivência e eu comecei a fazer as fantasias e me senti bem. Eu ficava muito em casa mesmo. Agora eu saio mais, convivo com outras pessoas”.

Orgulho e trabalho

Para os participantes, a forma de enxergar o trabalho e lidar com o dinheiro também mudou. No ateliê há carinho e descontração, mas todos sabem que o local é de trabalho, e valorizam o dinheiro que ali recebem. Enivaldo Jesus Martin, 48 anos, destaca com orgulho tudo que aprendeu. Faz questão de reforçar que o grupo apoia os novos integrantes. Para ele, “tem muito preconceito na rua e gente que não se interessa por esse negócio de fantasia, de Carnaval, acha que é uma besteira. Mas estão enganados: isso é bom para a cabeça, é uma terapia, e a gente ganha um dinheirinho.” Ele é o primeiro a reconhecer o papel de cada um no processo. Kátia Aparecida da Silva, 43 anos, tem dificuldade em mexer com cola quente: “já treinei em casa com cola pequena, mas não deu”, diz. Isso não a impediu de contribuir com a “Loucos pela X”. Sua função é guardar os materiais, arrumar as mesas de trabalho, varrer, fazer suco e lavar louça. Com o que re-

cebe, ajuda a pagar contas de luz e água. E Enivaldo elogia: “Se não tivesse a Kátia para guardar o material, varrer aqui tudo, a gente não ia fazer, a gente não tem tempo. Ela é importante”, elogia.

Luis Atílio Ximenes, 48 anos, é outro a elogiar o grupo que, segundo diz, o acolheu muito bem. Para ele, não falta orgulho pelo trabalho realizado. Com um sorriso no rosto, conta que seu sobrinho assistiu ao desfile inteiro da X-9 Paulistana na esperança de vê-lo. “Eu botava empecilho, pensava nos banheiros químicos, em chuva, que eu tomava remédio... E neste Carnaval eu desfilei, e gostei. É prazeroso ver seu trabalho se destacar na avenida, aparecer para o público, para a imprensa”, diverte-se.

Os ganhos e o orgulho não são somente dos participantes. A dona do espaço onde funciona o ateliê, Ione Teresinha Prequero, de 60 anos, diz que a “Loucos pela X” foi a melhor coisa que podia ter acontecido em sua vida. E revela, emocionada: “Eu tive um problema familiar, me prostrei. O pessoal aqui é minha família, me autoafirmei, passei a ter mais confiança. Eles acham que eu ajudo, mas eles me ajudam muito mais. Eu estou na luta com eles, e espero que por muitos e muitos anos.”

Para acompanhar as atividades e os eventos culturais da “Loucos pela X”, acesse a página [Facebook.com/loucospelax](https://www.facebook.com/loucospelax) ou entre em contato no e-mail alaloucospelax@terra.com.br.

Cuidados devem ser singulares, porém definidos coletivamente

PROJETOS TERAPÊUTICOS e planos de atendimento são estratégias importantes para nortear o trabalho de profissionais da saúde e assistência social

Na área da saúde, eles são chamados de Projeto Terapêutico Singular (PTS); no campo da assistência social, de Plano de Atendimento Individual (PIA). Ambos são elaborados para orientar o atendimento prestado aos usuários, devem ser construídos de forma coletiva e interdisciplinar, pactuados com os sujeitos e aplicados singularmente. No entanto, têm suas particularidades.

O psicólogo Ricardo Sparapan Pena, apoiador institucional da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do Serviço Único de Saúde (SUS), define o PTS como uma estratégia de cuidado, na qual a equipe de saúde discute os casos clínicos e define a atenção a ser dispensada aos usuários. Essa atenção, segundo ele, deve ser compartilhada com quem vai recebê-la para que não se torne uma prescrição difícil de ser alcançada.

O projeto terapêutico tem de levar em conta ainda as possibilida-

des dos atendidos para cuidar de si, e buscar contribuir com ações que aumentem essas possibilidades. “É uma estratégia para a ampliação da clínica, pois considera o sintoma como uma expressão dos modos de viver, e não como algo isolado, que se apresenta da mesma forma em qualquer pessoa. É a singularidade que orienta a construção das ofertas em um PTS”, reforça o profissional.

Tanto que os projetos são pensados para os usuários que demandam mais atenção das equipes interdisciplinares. Até porque, como explica Pena, em serviços de atenção básica ou de saúde da família, a procura pelas unidades é muito grande, o que exige priorizar os casos em que os PTS são construídos. “Um trabalhador que faz acompanhamento para diabetes, mas consegue ir às consultas, se medicar corretamente, negociar com a equipe uma dieta adequada, dentro de sua rotina, e

manter níveis de glicemia estável não demanda PTS, pois tem condições de construir possibilidades de se cuidar”, exemplifica. Já em serviços de referência em saúde mental, como o Caps, o ideal é que todos os usuários tenham PTS como estratégia de cuidado, “pois há situações em que o sofrimento psíquico afirma a diferença como modo de existir”.

O psicólogo defende que, para a elaboração dos projetos, as equipes devem discutir os casos, considerando os sintomas e investigando como se expressam nos usuários e qual a história de produção das queixas trazidas. Essa investigação, de acordo com Pena, deve estar articulada ao modo como as pessoas vivem, pois isso fornece as pistas para entender porque, em muitos casos, os sintomas não melhoram e as queixas se tornam constantes. “As equipes precisam entender que psicólogos, médicos, enfermei-



ros, dentistas, assistentes sociais, assim como outros profissionais, por mais competentes que sejam, não têm domínio da totalidade de uma vida, o que necessariamente questiona os limites de seus saberes. Assim, as informações acerca de um caso clínico vêm de várias direções.”

Pena também é supervisor clínico-institucional de serviços de saúde mental e da atenção básica, como Caps, Unidades Básicas de Saúde e consultório na rua. Como tal, adota o PTS e o fomenta como um conceito-ferramenta para os planos de ação das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e dos coletivos ligados às Redes de Atenção à Saúde (RAS). Ainda

assim, diz que não é possível classificar a experiência como boa ou ruim, mas entendê-la em sua força de transformação das práticas em saúde. “Apostar no PTS, assim como em outras estratégias clínicas e de gestão, tem sido uma experiência intensa de vivenciar e interferir nas diferentes realidades da saúde em nosso país”, testemunha.

PIA

Sem foco terapêutico, o Plano de Atendimento Individual (PIA) é dispositivo de planejamento das ações direcionadas à superação de possíveis vulnerabilidades sociais, o que contempla diversas políticas públicas em áreas como habita-

ção, saúde e educação. Assim, cabe ao profissional da Assistência Social trabalhar em rede com essas políticas e com o sistema de garantia de direito, como observa a psicóloga Ana Paula Souza Romeu, técnica da Proteção Social Especial da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.

Ela explica que o PIA é construído em etapas no decorrer dos atendimentos, e envolve identificação e caracterização, diagnóstico, análise técnica, plano de metas e acompanhamento e avaliação. Ele é adotado nos trabalhos de atenção aos idosos, nos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto, no Centro de Referência Especializado para População em Situação

“Rolezinhos” é tema de roda de conversa

No dia 5 de fevereiro, a subsede Bauru do CRP SP organizou uma roda de conversa para refletir sobre a repressão que vem sofrendo a juventude brasileira e estimular a promoção de políticas públicas que garantam os direitos da criança e do adolescente. O evento foi motivado pela coerção da população periférica nos passeios realizados em *shopping centers*, popularmente conhecidos como “rolezinhos”, que se tornaram alvo da mídia e são reprimidos pelo aparato policial.

O debate contou com a presença de psicólogas/os, representantes do poder público de Bauru e jovens vinculados ao movimento *hip hop* e estudantil. Segundo Sandra Sposito, conselheira do CRP SP, o objetivo foi estimular a compreensão de que a criminalização da juventude e o desrespeito aos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) atingem o desenvolvimento dos jovens e influenciam suas possibilidades de interação social e seu trânsito por diversos espaços. “A Psicologia, enquanto profissão que busca a garantia dos direitos humanos e de todas as leis que



dela derivam, tem como responsabilidade chamar debates e propor políticas públicas que assegurem condições dignas para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes”, afirma a conselheira.

A partir do evento foi formado um grupo, denominado Movimento Juventude Livre de Bauru, que reúne várias entidades, grupos e pessoas. A proposta é planejar, em encontros semanais, ações que promovam a garantia dos direitos dos jovens e sua participação como protagonistas nos espaços sociais, culturais e políticos.

Parceria aborda relações raciais em Assis

A realização de eventos que permitam qualificar as ações e os debates acerca dos desafios e caminhos da Psicologia, assim como a formação de parcerias, tem sido uma das frentes de ação da subsede Assis do CRP SP. Com esse propósito, foi realizado no dia 15 de fevereiro apresentação do vídeo “Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática da/o Psicóloga/o”, desenvolvido pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), com posterior discussão sobre o tema. A iniciativa permiti-

tiu à subsede reunir contribuições de profissionais interessados em relações raciais e ainda promover a aproximação com o movimento negro de Zimbaue – Instituto do Negro de Assis, inaugurando a possibilidade de parcerias.

Fabiana de Andrade, membro da comissão gestora da subsede de Assis, diz que os participantes se emocionaram com a apresentação do vídeo e que muitas questões levantadas no evento foram ao encontro da realidade do município. Ela destaca o fato de as políticas públicas não contemplarem questões

raciais, o racismo institucional, a dificuldade em dar sequência à formação escolar da população negra e pobre, a exclusão social e geográfica nas cidades, a violência sofrida pelo jovem negro, o desconhecimento da história da população negra e de seus verdadeiros heróis, assim como os mitos criados pela mídia e pela cultura das massas. “O evento nos trouxe possibilidades de aproximação com as demandas locais, colaborando com ações e reflexões pertinentes à atuação da Psicologia”, destacou.



de Rua (Centro POP), no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) – nas duas últimas instituições, se a assistência for à família, o recurso é denominado Plano de Atendimento Familiar (PAF).

Tanto o PIA como o PAF envolvem alguns cuidados em sua elaboração, como alerta Ana Paula. “A aplicação não deve ser feita como um questionário. Todas as informações coletadas devem ser fruto de diálogo e escuta qualificada, e a família ou o indivíduo deve ser envolvido em todo o

processo de elaboração do plano de metas”, recomenda. Além disso, somente a equipe de referência do serviço e o usuário podem ter acesso ao prontuário, e as informações devem ser usadas exclusivamente para as ações pertinentes ao atendimento e acompanhamento.

Em campo, a subjetividade

MOVIMENTOS pró e contra a realização da Copa do Mundo no Brasil refletem nuances da cultura nacional

O Brasil é conhecido mundialmente como o país do futebol, conquistou o maior número de vitórias em Copas do Mundo e é celeiro de talentos como Garrincha, Zico, Rivelino, Ronaldo e o incontestável Pelé. Com todas essas credenciais, era de se esperar que o desejo – e orgulho – da população pelo fato de sediar a próxima Copa fosse unânime. Mas não é!

A partir das manifestações populares iniciadas em junho de 2013, muitos brasileiros vêm questionando a decisão e a realização da Copa da Fifa no País, sob a principal alegação de que, diante da falta de recursos para sanar os problemas em áreas como saúde, assistência e educação, se investiu de forma equivocada nas obras e em outras ações para o evento. A esse argumento somaram-se outros ao longo do tempo, como acidentes em canteiros de obras de construção de estádios, atrasos na preparação do evento, insuficiência de infraestrutura aeroviária para receber os turistas e todas as iniciativas de represão às manifestações, assim como às populações de rua nas grandes cidades brasileiras. Por outro lado, assim que foi anunciada a primeira fase das vendas dos ingressos para os jogos da competição, a procura foi tão grande que

a Copa no Brasil já é considerada pela Federação Internacional de Futebol (Fifa) a de maior interesse da história recente do evento, acima até da realizada na Alemanha.

Essa contradição, segundo análise do professor José Carlos Marques, líder do Grupo de Estudos em Comunicação Esportiva e Futebol (Gecef), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), é fruto da fragilidade do sistema de representação da democracia local. Ele explica: “Nenhum de nós foi consultado para saber se o Brasil deveria ou não sediar um mundial de futebol. Por outro lado, quando elegemos alguém para um cargo legislativo ou executivo, concedemos a essa pessoa o direito legítimo de tomar decisões por nós. Entretanto, o fosso que se estabeleceu entre a vontade popular e os arranjos políticos, ao lado dos inúmeros escândalos de corrupção e de mau uso do dinheiro público que ocorrem em todo o País, fizeram com que o cidadão brasileiro se visse cada vez mais desamparado perante a decisão de governantes e parlamentares. Os protestos que o Brasil começou a assistir em 2013 estão, por um lado, apontando para isso, por meio de um grito inequívoco: ‘queremos ser ouvidos, queremos que façam aquilo que achamos que é bom

Antonio Scorza / Shutterstock.com

para nós”.

Outro aspecto que ajuda a explicar a polêmica em torno da realização da Copa do Mundo no Brasil é o fascínio das pessoas por eventos grandiosos, como interpreta o psicólogo especializado na área esportiva José Aníbal Azevedo Marques, do Botafogo de Futebol e Regatas. “Acredito que todo e qualquer evento que traga a sensação de poder, de força, de reco-



nhecimento a um grupo de pessoas é sedutor. O esporte amplifica isso. Principalmente o futebol aqui no Brasil. É histórico: governos do Bra-

“POR QUE O ESPORTE NÃO PODE SER VISTO COMO UMA ÁREA EM QUE TAMBÉM HÁ NECESSIDADE DE INVESTIMENTO?”

Luciana Angelo

excepcionalidade são as causas do fascínio pelos aficionados por futebol. “Trata-se do mesmo processo que faz o cinéfilo paulista ficar interessado pela Mostra de Cinema de São Paulo, que faz um apaixonado por carros visitar o Salão do Automóvel ou que faz o fã assistir a um concerto de seu ídolo musical: a certeza do caráter único, que aumenta a sedução e paixão por fruir a experiência daquele evento – experiência essa que também será única”, afirma. E acrescenta: “Na Copa, até poderemos lamentar a ausência de duas ou três equipes, mas teremos aqui, no Brasil, as principais seleções e estrelas do futebol mundial. Para um país que consome tanto o futebol, essa Copa não poderia deixar de ser um evento único e grandioso, muito mais do que quando organizamos a edição de 1950, esvaziada pela ausência de vários países em razão do pós-Segunda Guerra Mundial”.

Legitimidade

Sobre outra série de críticas, a de que o País não tem infraestrutura para a realização do evento, o psicólogo José Aníbal lembra que também foram feitas à África, sede da Copa do Mundo anterior. “O que ocorre é que, agora, é o nosso dinheiro que está em jogo...”, observa. José Carlos Marques defende a legitimidade do discurso de que as verbas gastas com a Copa deveriam ser direcionadas a outras áreas.



Antonio Scorza / Shutterstock.com

“Esse problema deriva da falta de representação que o cidadão brasileiro sente em relação à classe política que dirige o País – e isso em todos os níveis: municipal, estadual e federal. A questão se agrava quando vemos a Fifa fazer tantas exigências para a organização do evento, enquanto o poder público não demonstra o mesmo rigor e o mesmo padrão de qualidade na gestão da coisa pública”, explica.

A esse respeito, a presidente da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (Abraspesp), Luciana Ferreira Angelo, polemiza ao questionar: Por que o esporte não pode ser visto como uma área em que também há necessidade de investimento? “Esporte faz parte da vida de cada cidadão, e temos uma Carta de Direito ao Esporte que não é cumprida nem valorada pelas políticas públicas das mais



Shutterstock.com

diferentes esferas governamentais. E isso não é de hoje! Assim, a pauta é a inclusão do esporte nas reivindicações por melhores condições de cultura, saúde e educação, entre outros”, afirma.

Luciana também posiciona a atuação das/os psicólogas/os nesse contexto: “Eles precisam saber mais da história, da geografia, da

arquitetura, do urbanismo e da constituição cultural do esporte para que possam interagir com as questões sociais que permeiam as discussões das políticas públicas e do gerenciamento do negócio esportivo. É importante saber sobre as localidades onde acontecerão a competição, as comunidades afetadas e os espectadores que usufruirão estádios que se pretendem modernos e acessíveis, porém podem nos reservar gratas surpresas.” José Aníbal também acredita que as/os profissionais da Psicologia podem atuar nesse panorama “contribuindo para um processo reflexivo da situação, enfatizando ações que colaborem para o pleno exercício da cidadania”. Segundo ele, o principal desafio, no caso, é a descrença por grande parte da população.

Shutterstock.com

Entre a saúde e a segurança,

PSICÓLOGAS/OS do sistema prisional buscam o difícil equilíbrio entre as demandas judiciais e o trabalho de assistência à saúde dos detentos



A discussão sobre a atuação da/o psicóloga/o nas instituições prisionais ganhou vulto na última década – e parece ainda estar longe de atingir o consenso, tanto em relação aos conceitos quanto à prática. Divididos entre o papel pericial inicialmente atribuído pela Lei de Execução Penal (LEP), marco da política prisional brasileira, e a atenção à saúde mental, as/os profissionais conju-

gam as expectativas da sociedade, e especialmente do Poder Judiciário, com debates que provocam divergências na própria categoria. Criadas pelo texto original da LEP, de 1984, foram as Comissões Técnicas de Classificação (CTCs) para as pessoas privadas de liberdade que deram o tom da participação das/os psicólogas/os no sistema penal brasileiro. Compostas também por diretor, chefe de serviço,

psiquiatra e assistente social, as CTCs tinham originalmente o poder de propor as progressões, regressões e conversões dos regimes, além de elaborar o programa individualizador da execução da pena, a partir de avaliação e acompanhamento. Com o aumento da população carcerária nos anos de 1990, cada vez mais a atuação das/os psicólogas/os esteve direcionada à

elaboração de exames criminológicos para subsidiar as decisões judiciais.

Em 2003, dois movimentos institucionais começaram a mudar essa perspectiva. Alterações na LEP retiraram das CTCs a proposição das progressões e revogaram a exigência do exame criminológico para transferência a regime menos rigoroso. No mesmo ano, foi elaborado ainda, pelo Governo Federal, o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, que incluiu a presença de psicólogos/os nas equipes de saúde das unidades prisionais, evocando uma prática de atenção psicossocial.

“Houve uma mobilização intensa e nacional”, conta a psicóloga Márcia Badaró, que durante 22 anos trabalhou na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro e hoje é colaboradora do CRP

RJ. Em 2005, o CFP e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) realizaram o primeiro encontro nacional dos profissionais da área, para estabelecer diretrizes de atuação, publicadas de forma conjunta em 2007.

As discussões dos anos seguintes levaram o CFP à elaboração da Resolução 09/2010, que, além de direcionar o trabalho das/os psicólogas/os à atenção integral e aos direitos humanos e proibir a participação em práticas punitivas e disciplinares, vedava aos profissionais a realização de exames criminológicos. Esse último item motivou controvérsia, até hoje dividindo opiniões no próprio meio. Para dar conta das divergências, a resolução foi substituída pela 12/2011, que não permite a emissão dos exames por psicólogos/os de referência, que estejam acompanhando as pessoas presas.

Conflito

Defendido por muitos profissionais, o exame criminológico é um instrumento utilizado pelo Judiciário para definir se a pessoa está apta ou não a voltar a viver em liberdade – em última análise, uma espécie de atestado de que ela pode ou não voltar a delinquir. Vários aspectos do exame são questionados nos debates da última década, como a impossibilidade de se definir as ações futuras de uma pessoa, a ética profissional ao se tomar o papel de juiz e mesmo as condições práticas para realização do exame, na superficialidade dos poucos minutos disponíveis para cada avaliação.

“Não há como fazer uma previsão taxativa de resultados”, argumenta Márcia. “A perícia é incompatível com o trabalho de quem dá assistência. Podemos fazer relatórios de trabalho do acompanhamento realizado com a pessoa que cumpre medida. Mas o exame criminológico traz um conceito de periculosidade que remete ao Código Penal, à crença na existência de uma essência criminosa.” Márcia participou da elaboração do mais recente documento do setor, as Referências Técnicas para Atuação das/os Psicólogas/os no Sistema Prisional, do CFP, a partir da metodologia do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop).

Publicadas em 2012, fazem um grande apanhado do histórico e dos fatores envolvidos nessa atuação.

À parte das contendas profissionais, cada estado tem seguido diferentes práticas. No Rio de Janeiro, a resolução do CFP foi suspensa por liminar e é considerada, com a exigência de exames criminológicos para praticamente todos os casos. A situação impede que os profissionais consigam exercer seu papel na atenção à saúde. “Temos 97 psicólogos para atender 35 mil pessoas. Faltam profissionais, e o estado não faz concursos. Assim, o papel dos psicólogos tem sido fazer exames em grande escala, sem maior possibilidade de trabalhar na assistência”, diz Márcia.

A psicóloga afirma que alguns estados conseguiram acatar a resolução, com a criação de grupos de profissionais específicos para a atividade pericial. No Rio Grande do Sul, tem se mantido a garantia de profissionais concursados para a função. “É necessária uma composição de força para investir em assistência. Se temos mesmo que fazer perícia, que seja em grupos separados.”

Superlotação

“Meu principal paciente é a própria instituição.” A frase do psicólogo Alfonso Alba y Alba define a situação do sistema prisional brasileiro: ele está doente. As controvérsias profissionais são mais uma peça entre as dificuldades enfrentadas pelas instituições, que também se dividem na aparente oposição entre segurança e direitos humanos.

O recrudescimento das políticas de segurança fizeram a população carcerária brasileira sextuplicar em pouco mais de duas décadas, chegando ao posto de quarta maior do mundo, atrás apenas de Estados Unidos, China e Rússia. O crescimento entre 1990 e 2012 foi de 511%, conforme levantamento do Instituto Avante Brasil so-

bre dados do Depen. No mesmo período, a população nacional teve aumento de apenas 30%. Atrasos no andamento judicial têm piorado a superlotação. O número de presos provisórios, ou seja, ainda não sentenciados, aumentou 1.334% entre 1990 e 2012.

“Eu trabalho em um lugar que quero ver extinto.” Alba, que atua na rede paulista desde 1986, diz que falar sobre o sistema é falar sobre a sociedade e, mais que discutir sobre ele, é necessário debater o seu fim. “Precisamos levantar a questão da liberdade que estamos perdendo. Ou, mais bem dito, que já perdemos.” Aproximadamente 200 mil pessoas estão nas penitenciárias do Estado de São Paulo, ou seja, um terço do total carcerário brasileiro. Alba lembra que o confinamento leva ao desequilíbrio emocional – e que muitos comportamentos são motivados pela própria prisão. “Não podemos falar de uma ‘terapia penal’ – expressão que não faz nenhum sentido”, diz ele.

Márcia também aponta a tendência de recrudescimento da segurança como uma dificuldade enfrentada pelos profissionais: “Todos os investimentos vão para isso, porque hoje o que mais importa nas prisões é que as pessoas não possam fugir”. Além disso, o encarceramento mais rígido dificulta a circulação dos presos, prejudicando sua assistência. A psicóloga vê um panorama sombrio de trabalho enquanto o sistema penal não considerar os aspectos sociais. Destaca, porém, que, por mais difícil que seja atuar nesse cenário, os profissionais de Psicologia têm questões éticas a considerar – e não podem abrir mão da defesa dos direitos humanos.

Criminalização da pobreza, economia de consumo, falta de recursos no sistema público, corrupção, violência, más condições de trabalho: diversos aspectos sociais estão ligados à situação dos presídios brasileiros e à atuação

da/o psicóloga/o. Para Alba, no entanto, além do compromisso com o debate, é preciso ser insistente e se assumir como profissional, sem se render às práticas institucionais. “Levei minha profissão lá para dentro. Sou psicólogo desde o momento que entro até a hora de ir embora. Precisamos salvaguardar as pessoas, fazer o aconselhamento psicológico, lembrá-las que elas não ‘são’ e sim ‘estão’ presas. Esse é o nosso papel.”

Plano Diretor de Melhorias para o Sistema Prisional

Ciente dos problemas enfrentados pelo sistema prisional brasileiro e para instigar e auxiliar os estados na elaboração de planejamentos estratégicos, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) desenvolveu o “Plano Diretor de Melhorias para o Sistema Prisional”. A ferramenta visa à integração das esferas estadual e federal e ao fortalecimento institucional e administrativo dos órgãos de execução penal para a uniformização e o melhoramento do atual modelo. O objetivo é a construção de um sistema prisional mais humano, seguro e que atenda tanto à legalidade quanto ao tratamento básico ao encarcerado. Para isso, o Governo Federal elegeu 16 assuntos estratégicos como primordiais na busca pelo aprimoramento do sistema prisional do Brasil, a serem monitorados e avaliados pelo Depen. O documento completo, que pode ser acessado no link <http://www.crsp.org.br/interjustica/pdfs/plano-diretor-de-melhorias-para-o-sistema-prisional.pdf> apresenta esses temas e traz ainda um breve diagnóstico do sistema prisional no Brasil. Já no site do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (www.crsp.org.br) estão disponíveis as últimas resoluções que tratam do assunto.



Livro do Crepop sobre o sistema prisional pode ser acessado, para *download*, no site www.crsp.org.br, nas áreas Publicações/Documentos de referência. Confira também os documentos com diretrizes relacionadas ao sistema prisional nos links: <http://www.crsp.org.br/interjustica/pdfs/outros/Cartilha-Diretrizes-Sistema-Prisional.pdf> e www.crsp.org.br/interjustica/pdfs/outros/atuacao_dos_Psicologos_no_Sistema_Prisional.pdf

Meu filho vai mal na escola

ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA escolar aponta caminhos para as/os psicólogas/os enfrentarem esse tipo de demanda

Desafiada a analisar como deve agir uma/um psicóloga/o procurada/o por pais preocupados com o mau desempenho escolar do filho, a psicóloga e professora Adriana Marcondes Machado, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), se adianta: “Ah, quando há o encontro dos pais com o psicólogo, muita coisa já aconteceu”. Ela se refere aos fatos que motivaram os pais, a escola ou ambos a encaminharem a criança a um profissional. Isso porque – acredita – durante o processo de escolarização, é comum haver alunos que vão mal e depois melhoram ou que vão bem e em seguida pioram. Assim, afirmar que alguém “vai mal” é um início de conversa e não um problema em si.

Por essa razão, a primeira possibilidade de ação da/o psicóloga/o frente à demanda, segundo Adriana, é entrar em contato com o que aconteceu: há quanto tempo ocorre, que alternativas já foram tentadas, e assim por diante.

“Isso é fundamental! Há 50 anos, se os pais de um menino com Síndrome de Dow procurassem uma/um psicóloga/o queixando-se que ele vai mal na escola, provavelmente o profissional diria que a causa era a Síndrome de Dow. Hoje, o fato de ter Síndrome de Dow não justifica o desempenho escolar ruim, pois muitas escolas aplicam metodologias de aprendizado singulares”, compara, reforçando a necessidade da investigação diante das mudanças históricas e das particularidades das instituições, das famílias e das crianças. “Temos de entrar nesse campo e entendê-lo, saber como funciona a escola, o que dizem seus profissionais, apurar os elementos da história escolar. Por exemplo: se a instituição oferece aulas de reforço, e a criança não quer fazer, já é possível levantar uma questão: por que não quer ajuda? Enfim, as situações são tão adversas que a única orientação possível é investigar”, recomenda.

“AS SITUAÇÕES SÃO TÃO ADVERSAS QUE A ÚNICA ORIENTAÇÃO POSSÍVEL É INVESTIGAR”
Adriana Machado

Ela acrescenta que contribui para a análise do tema criar uma linha composta pelos acontecimentos da vida escolar da criança na escola e outra composta pelos acontecimentos da vida educacional da criança na família e em sua história fora da instituição de ensino. “Claro que essas linhas não existem separadamente”, observa, pois há muitas diferenças de uma escola para a outra, e de uma família para outra. “É diferente também atender uma criança de 6 anos e uma de 13; é diferente receber pais que vieram



apenas porque a escola encaminhou e que buscam atendimento por terem questões. Essas diferenças se misturam, isto é, a partir de uma demanda da escola, é possível que alguns pais constituam certas preocupações.”

Criação de sentido

O trabalho da/o psicóloga/o em demandas como essas, na avaliação da educadora, implica exercí-

cio constante de criação de sentido entre os envolvidos. “Muitas vezes, ao atender um jovem, a primeira consulta se dá na companhia dos pais; em outras situações, a solicitação é por falar antes apenas com os pais; e há ocasiões em que vemos primeiro o jovem. O que subsidia a decisão? A resposta a essa e a outras perguntas tem relação com as hipóteses feitas durante o atendimento. Temos de ter claro

que estamos entrando em um processo em que somos os estranhos. E é importante termos disposição para entender e compor com o que está acontecendo nas relações”, defende.

Em muitas histórias, pais e escola já adotaram medidas, à vezes pouco eficazes, antes de procurar a/o psicólogo/a, como encontros para discutir a situação e contratação de professor para aulas de reforço. Ao entrar em contato com a criança, Adriana diz prever que esse encontro ajude a pensar e entender a forma como se desenvolvem as relações. Inicialmente, é um encontro em que

a criança ajuda o mundo adulto a pensar. Assim, é comum que ela inclua em seu trabalho conversas com várias pessoas envolvidas para conhecer as relações “sempre lembrando que são constituídas, ao mesmo tempo, pelo próprio atendimento”.

Segundo a psicóloga, os profissionais ingressam nesse campo das relações com elementos do cenário social. “Hoje, o desempe-

nho ruim está muito associado à atribuição da má vontade. O problema é quando esse elemento é entendido como o fim do diagnóstico, impedindo que sejam feitas as conexões necessárias que explicam a construção de um campo”, observa.

O trabalho de levantamento de hipóteses, de conhecer e instituir relações, ainda de acordo com a psicóloga, exige um posterior contorno. “Funcionamentos no cotidiano familiar, como o tempo e o espaço, são significados articulados ao estudo, assim como sensações e receios.”

Há ocasiões em que os pais que recorrem a uma/um psicólogo/a por conta do fraco desempenho escolar do filho chegam com uma hipótese diagnóstica restrita. Para Adriana, é preocupante que os profissionais considerarem isso um problema, e não a matéria-prima de seu trabalho. “É bastante problemático esse julgamento negativo, esse ressentimento, essa postura do psicólogo de se contrapor ao outro como se a ideia do outro fosse equivocada. É como se assumisse que discorda da forma como o mundo funciona porque funcionaria de outra forma. Se os pais dizem que o filho é hiperativo, isso é uma produção histórica em relação à qual temos de trabalhar. Aliás, trabalhamos com a criação diagnóstica das nossas existências; nosso trabalho visa à produção de outras formas de existir”, atesta.



O documento com referências técnicas para a atuação dos profissionais na educação básica, elaborado pelo CFP a partir de metodologia do Crepop, está disponível para *download* no link: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Referências-Técnicas-para-Atuação-de-Psicologas-os-na-educação-básica.pdf>

Rádios comunitárias Protagonismo e resistência

NOVA PARAISÓPOLIS FM é exemplo de que a democratização da comunicação leva as pessoas a se apropriarem de sua realidade

Se fosse uma cidade, o popular bairro de Paraisópolis, na capital paulista, estaria entre as maiores do País. Apesar dessa grandeza, há apenas 3,5 anos a voz

de seus 100 mil moradores passou a ecoar. Foi com a inauguração da Nova Paraisópolis 87,5 FM, rádio comunitária administrada pela União dos Moradores e do Comér-

cio de Paraisópolis, que recebeu do Ministério das Comunicações concessão para operar o serviço por dez anos, ou seja, até 2020.

Para reforçar o que entende ser



Programadores não pagam pelo horário e podem captar apoios culturais



Joildo Santos diz que a emissora ajuda a comprometer os gestores com as demandas comunitárias

a função da emissora – mais do que fonte de informação e entretenimento, uma porta-voz das reivindicações da comunidade –, a entidade tratou logo de colocá-la à disposição também pela Internet, no endereço <http://paraisopolis.org/radio>, onde já atrai cerca de 600 ouvintes. Também trouxe para sua sede, que abriga a rádio e as instalações para o desenvolvimento de projetos comunitários, o jornal *Espaço do Povo*, independente, fundado por moradores em

2007 e que, desde julho do ano passado, tem conseguido circular mensalmente sem interrupção.

Está composto, assim, um conglomerado de comunicação pequeno, porém forte, em que um veículo apoia e remete o público para o outro. “Já entrevistamos muitos políticos, como o ex-prefeito Gilberto Kassab e o atual, Fernando Haddad. Usamos a rádio para comprometer-los com as demandas locais, como ampliação de vagas em creches, melhoria da

circulação interna, com novas ruas, e, principalmente, a construção do Hospital de Paraisópolis”, diz Joildo Santos, vice-presidente da União de Moradores e diretor do jornal e da rádio.

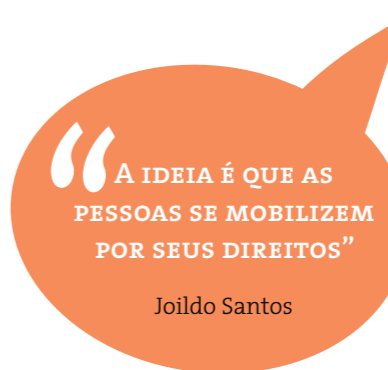
Com 28 anos, formado em Ciências da Computação, Joildo revela que a entidade tem investido na gestão da comunicação, cujo propósito é a profissionalização e qualificação. A Nova Paraisópolis FM conta com apenas um profissional com dedicação exclusiva,

uma espécie de “faz-tudo”, como diz Joildo – que, aliás, já ocupou a função –, responsável por garantir o suporte técnico. Já os locutores, que comandam programas musicais, de curiosidades e noticiários, não recebem pelo trabalho, mas também não pagam pela locação do horário. Além disso, têm direito a 50% do valor dos chamados “apoios culturais” (única forma de captação de recursos privados permitida por lei para as rádios comunitárias) que conseguem angariar de comerciantes locais. A outra metade destina-se à emissora, que se mantém também com aportes da União de Moradores. Esta, por sua vez, conta com patrocínio de ONGs e empresas privadas aos seus projetos sociais, entre eles a escola infantil de balé, que atende 300 crianças, e os cursos de formação de locutores, radiojornalistas e sonoplastas.

Já o jornal *Espaço do Povo*, que sobrevive da venda de anúncios, tem uma estrutura um pouco mais formal: além de Joildo, que coordena o trabalho, cuida da pauta e dá suporte na captação de anúncios, atuam duas jornalistas, Keli Gois e Francisca Rodrigues, a publicitária Gisele Ferreira de Souza, que é a representante comercial, e a designer Mônica Campos, responsável pela diagramação do jornal e elaboração dos anúncios – cortesia às empresas que se dispõem a pagar para ter sua marca e seus serviços divulgados. Das quatro profissionais, todas com formação superior, apenas Gisele reside na comunidade de Paraisópolis.

Desafios

Por ter cunho comunitário, a Nova Paraisópolis FM atua com limitações. Seu sinal alcança um quilômetro de circunferência – exatamente a dimensão da comunidade com a qual dialoga; não é permitido comercializar propa-



Joildo Santos

ganda, mas apenas apoios culturais; e a programação não pode fazer proselitismo político, religioso ou de qualquer outra espécie.

Talvez por isso mesmo, a emissora seja um importante instrumento de debate. Joildo cita exemplos: “Se aumenta o salário-mínimo, noticiamos, como todo veículo, mas discutimos o que a decisão significa para as pessoas, as comunidades e a economia; se o prazo do bilhete único é encurtado, procuramos mostrar o impacto da medida na vida da população.”

Além disso, os noticiários mesclam informações da comunidade. “Esse é o nosso diferencial; fazemos o chamado jornalismo hiperlocal”, explica o diretor, que acrescenta: “Tem coisas que só nós noticiamos, como a queda de uma árvore aqui perto, que deixou várias casas sem energia elétrica.”

Também por ser comunitária, a emissora se submete a um conselho, que reúne representantes de cinco entidades locais, como associação filantrópica e creche. Eles avaliam a programação, orientam para ajustá-la e encaminham relatório ao Ministério das Comunicações. Qualquer ponto fora da curva pode ser denunciado por um ouvinte a esse conselho. Segundo Joildo, a Nova Paraisópolis FM foi atuada uma única vez, pela Anatel, por não ter fixado o termo de outorga da concessão na torre

transmissora, mas sim, na parede de sua sede. Os R\$ 900,00 de multa foram pagos pela União de Moradores, que detém a concessão. São os diretores da entidade que escolhem os diretores da rádio, o que significa que a sucessão de ambas está relacionada. Os dirigentes da União de Moradores são eleitos diretamente pela comunidade para mandatos de três anos e, embora o estatuto estabeleça que só os associados, que hoje somam 2 mil pessoas, têm direito a voto, a última eleição, em 2011, foi aberta a todos, o que resultou em quase 4 mil votantes.

Democratização

Joildo acredita que a Nova Paraisópolis FM é um importante exemplo de democratização da informação. Segundo ele, grande parte da comunidade não tem acesso a jornais e revistas e, por isso, precisa de meios de informação que possibilitem se apropriar de sua realidade.

Por outro lado, é um desafio fazer com que as pessoas percebam que a União de Moradores – e, por consequência, a rádio e o jornal – não é um órgão público e não deve agir como tal. “Elas vêm aqui cobrar providências quando ficam sem energia elétrica”, exemplifica Joildo, dizendo que, nesse caso, recomenda que liguem para a concessionária responsável. Na programação da rádio isso também ocorria, mas o que se busca hoje é atuar com menos assistencialismo e mais foco na qualificação profissional e na empregabilidade. “A ideia é que as pessoas se mobilizem por seus direitos”, afirma.

Em relação às dificuldades para manter a rádio em funcionamento, Joildo defende a redistribuição de verbas publicitárias por parte dos governos. “Não adianta apenas conceder autorização para operar. É preciso dar suporte”, alega, lembrando que, como toda



Keli, Francisca e Gisele são funcionárias do jornal *Espaço do Povo*

emissora comercial, a Nova Paraisópolis FM é obrigada a transmitir a propaganda eleitoral gratuita e o programa *Voz do Brasil*.

Na carona da comparação, Keli, redatora do *Espaço do Povo* desde

julho de 2013, diz que antes de ir à Paraisópolis pela primeira vez, sabia apenas o que a “grande mídia” publicava sobre a comunidade: notícias relacionadas a violência, drogas, condições precárias de vida,

etc. “É muito preconceito. Agora, trabalhando aqui, posso mostrar o outro lado. Afinal, aprendi na faculdade que os jornalistas têm de mostrar os dois lados, o que muitas vezes a grande mídia não faz.”

Aliados da democracia

Os Conselhos de Psicologia têm atuado, de diversas formas, pela democratização da comunicação. O CRP SP, por exemplo, mantém representação na Frente Paulista pelo Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão (Frentex) e no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Participa ainda do Grupo de Trabalho de organização do I Fórum Nacional de Comunicação Pública. Além disso, acompanha e integra os processos das conferências de comunicação, e tem realizado debates sobre o tema. Conheça as ações, busque informações no site do CRP SP e participe!

Suicídio envolve dilemas éticos

ESPECIALISTA avalia os limites da atuação das/os psicólogas/os no trato com pessoas que atentam contra a própria vida

Para considerar o suicídio um grave problema de saúde pública, a Organização Mundial da Saúde (OMS) levou em conta dados impressionantes: o número de mortes em decorrência dos suicídios em todo o mundo chega a 1 milhão por ano. Mais: a cada caso consumado estima-se que haja de dez a 25 tentativas, o que transforma o cuidado a pessoas que já atentaram contra a própria vida em uma ação preventiva muito importante.

Se esse já é fator suficiente para desafiar psicólogas/os e outros profissionais da saúde, em geral o trato com pessoas que planejam ou já tenham tentado suicídio é agravado por impasses e dilemas humanos – que, de acordo com a psicóloga Soraya Carvalho Rigo, “torna a profissão extremamente rica e dinâmica”.

Coordenadora do Núcleo de Estudo e Prevenção do Suicídio (Neps), da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, Soraya lembra que a/o psicóloga/o é gente cuidando de gente, razão pela qual, por mais preparada/o que esteja, pode tuitar diante de determinadas situações. “Não temos as respostas prontas nem vamos encontrá-las

em receitas ou fórmulas matemáticas, mas dispomos de um Código de Ética que pode nos auxiliar a agir com discernimento e imparcialidade, sempre visando pautar nossas ações pelo respeito ao ser humano e aos seus direitos fundamentais”, defende. Além disso – acrescenta ela –, o profissional deve ter humildade para pedir ajuda sempre que não se sentir suficientemente seguro para tomar determinadas decisões.

Como especialista em Psicologia Hospitalar, a coordenadora do Neps participou dos debates *online* “Suicídio: uma questão de saúde pública e um desafio para a Psicologia Clínica” e “Suicídio: o luto dos sobreviventes”, ambos realizados em 2013 pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Ao final de sua exposição, uma participante lhe fez a pergunta que, segundo diz, sempre lhe dirigem quando aborda publicamente o tema: “Nos casos em que a pessoa atendida planeja suicidar-se e revela isso à/a psicóloga/o, qual deve ser a atitude do profissional?”.

Soraya conta que, no decorrer de 23 anos de prática em ambulatório para pessoas que tentaram suicídio ou correm o risco de fazê-lo, muitas vezes elas lhe revelaram a decisão de tirar a própria vida. Assim,

ela mesma se questionou sobre a abordagem mais adequada, uma vez que, ao oferecer seus serviços, a/o psicóloga/o fornece também o sigilo profissional. “Essa parece ser uma grande apreensão dos colegas. A preocupação com a pessoa atendida é sem dúvida imprescindível, mas, no que diz respeito à atuação profissional, eu a considero desnecessária. A resposta para esse e outros impasses está em nosso Código de Ética”, reafirma. E acrescenta: “Nesse caso, é preciso que seja lido não somente o artigo 9º, que trata do sigilo, mas também o artigo seguinte, que traz em si a resposta sem a qual permaneceríamos no impasse.” O artigo 10 a que se refere a psicóloga estabelece que “nas situações em que se configure conflito entre as exigências decorrentes do disposto no Art. 9º e as afirmações dos princípios fundamentais deste Código, exce-tuando-se os casos previstos em lei, o psicólogo poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo”. Soraya formula a seguinte conclusão em relação ao artigo: “Se entendemos a vida como um ganho e a morte como perda, e se na morte por suicídio a vida é interrompida, a morte seria um prejuízo, prejuízo de vida, um prejuízo da vida. Sendo assim, em circunstâncias como essas, acredito que a/o psicóloga/o

deva ser assertiva/o e segura/o em suas decisões, procurando agir com rapidez e bom senso, pois, quando trabalhamos com pessoas que ameaçam atentar contra a própria vida, devemos orientar nossa prática pela ética profissional, uma ética em total consonância com a ética humana.”

Em relação à forma de intervir a partir desse entendimento, a coordenadora do Neps deixa clara sua posição: “Contatar os familiares ou amigos dessa pessoa, não apenas para alertá-los sobre o risco iminente de suicídio, mas também para orientá-los sobre como abordar com ele o assunto, além dos diversos cuidados práticos e essenciais para a preservação da vida”, diz. Além disso, cita exemplos: não deixar medicamentos, produtos químicos, venenos, armas brancas ou de fogo disponíveis ou ao alcance da pessoa, e manter sempre alguém com ela, fisicamente, isso é, apoiá-la psicologicamente, evitando críticas, julgamentos, lições de coragem ou autoajuda, injeções de ânimo, etc. “Com isso, pretende-se também criar um vínculo com um membro da família para contatos e providências futuras, como numa situação limite, em que se faça necessária uma internação hospitalar”, justifica.

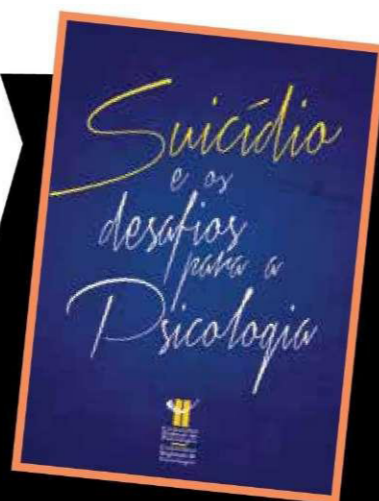
Cuidado

Outra questão recorrente e não menos desafiadora para os profissionais da Psicologia é a continuidade do cuidado da pessoa que sobreviveu ao suicídio por causa de sua interferência – por exemplo, a comunicação da intenção à família. A esse respeito, Soraya diz que o retorno à assistência psicológica, após a quebra do sigilo profissional, normalmente é bem administrado no processo psicoterapêutico principalmente se a pessoa já estiver sendo atendida pelo profissional há tempo suficiente para conhecer e

compreender a lógica do trabalho. Ela explica: “as causas, as inquietações, os traumas, os medos, as decepções, as decisões que dizem respeito à sua vida como um todo são mantidos em sigilo. A única coisa revelada é a intenção de matar-se. Desse modo, a confiança no profissional normalmente não é abalada, e isso pode ser comprovado pela continuidade do trabalho, em que a quebra do sigilo não lhe impede de continuar o atendimento e nem mesmo de revelar ao psicólogo uma nova intenção de matar-se.”

Já em relação à família do sobrevivente, ela recomenda que a/o psicóloga/o faça contato, com a permissão da pessoa atendida, para fornecer informações sobre as questões que envolvem o suicídio. Assim, é possível reduzir os equívocos causados pela falta de conhecimento ou por informações distorcidas sobre o fenômeno, responsável por provocar dificuldades no relacionamento em família e conseqüentemente no tratamento do sujeito. “Embora o objetivo desse contato com a família seja informá-la para prevenir uma nova tentativa, esse também é um espaço para acolher queixas, dúvidas e dificuldades enfrentadas no trato com a pessoa, bem como discutir os efeitos da tentativa de suicídio na dinâmica familiar, buscando alternativas menos nocivas para lidar com a situação”, completa. Já nos casos em que a pessoa atendida perdeu alguém muito próximo, que se suicidou, Soraya argumenta que “o suicídio em uma família é considerado fator de risco para um novo suicídio, por ser incomensurável o impacto que o fato pode causar nos familiares e nas pessoas próximas de quem tirou a própria vida”. Ela afirma ainda que, na maioria das

vezes, uma família que perde um dos membros por uma morte violenta como o suicídio jamais se recupera totalmente da tragédia. “Por essa razão, é prudente que essa família busque ajuda profissional e seja acompanhada por psicólogos, como uma maneira de permitir que possa, por meio da fala, subjetivar com o sofrimento ocasionado pela vida que lhe foi arrancada abruptamente.”



Alerta para a preservação

Os seminários “Suicídio: uma questão de saúde pública e um desafio para a Psicologia Clínica” e “Suicídio: o luto dos sobreviventes”, promovidos pelo CFP, foram transcritos e resultaram no livro *Suicídio e os Desafios para a Psicologia*, que pode ser acessado no site do CFP: www.cfp.org.br, inclusive para download.

O propósito da obra é justamente chamar a atenção para uma situação que retira a vida de milhões de pessoas em todo mundo e pode ser evitada especialmente com apoio psicológico aos que atacam contra a própria vida e aos que vivenciam o luto da perda.

Os cuidados no atendimento psicológico voluntário

Uma frequentadora de instituição religiosa afirma ter sido vítima de calúnia por parte da psicóloga voluntária que forneceu a terceiros documento escrito a seu respeito, sem seu conhecimento e consentimento.

A psicóloga alega que a frequentadora foi acompanhada por ela num trabalho grupal, com questões relativas à instabilidade, autoestima e angústia, contudo desligou-se abruptamente da instituição. Posteriormente forneceu documento escrito a um advogado atestando a realização dos atendimentos, embora alegue que no exercício da profissão tenha atuado como cidadã.

Ainda que tenha justificado ter emitido a declaração como cidadã, a psicóloga faz menção à prática de suporte psicológico, inclusive emitindo documento em que se identifica como psicóloga, informando seu número de registro no CRP/SP. Destaca-se que o documento foi solicitado e entregue a um advogado, sem o conhecimento da pessoa atendida, e não obedeceu às formalidades preconizadas na Resolução CFP 007/2003⁽¹⁾.

Diante do exposto, ficou comprovado que a psicóloga infringiu o Código de Ética Profissional do Psicólogo:

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL

VI - O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.

DAS RESPONSABILIDADES DO PSICÓLOGO

Art. 1º - São deveres fundamentais do psicólogo

c) Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidas

damente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional.

e) Estabelecer acordos de prestação de serviços que respeitem os direitos do usuário ou beneficiário de serviços de Psicologia.

f) Fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao seu objetivo profissional.

Art. 2º - ao psicólogo é vedado:

g) Emitir documentos sem fundamentação e qualidade técnico-científica.

Art. 9º - É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.

Comprovado o caráter psicológico do trabalho, caberia à psicóloga realizá-lo de acordo com os ditames éticos da profissão, mesmo que de modo voluntário, tanto em relação ao próprio atendimento, quanto à elaboração, produção e guarda de qualquer tipo de documento. Objetivos, limites e finalidade do atendimento devem ser esclarecidos; documentos não podem ser emitidos sem que a solicitação tenha sido feita pela pessoa atendida e, para garantia do sigilo profissional, só podem ser entregues a esta.

O Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/2007, disponível no site: www.crpssp.org.br - item “legislação”.

(1) Resolução CFP 007/2003 que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica.

Penalidades éticas

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP n.º 51/10, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA à psicóloga por:

- Ter emitido conclusão sobre a condição de candidatos à obtenção a Carteira Nacional de Habilitação sem utilizar adequadamente os instrumentos de avaliação psicológica.
- Não ter cumprido seu efetivo papel profissional como Perita Psicóloga, com isso desrespeitando princípios éticos da Psicologia, lesando a profissão e colocando em risco a sociedade. Pelo exposto, caracteriza-se infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo, no Princípio Fundamental VI e nos Artigos 1º “c”, 2º “g” e “h”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP n.º 01/11, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA à psicóloga por:

- Ter realizado transações financeiras com a pessoa por ela atendida, sob a forma de empréstimos, de modo a beneficiar-se da situação, lesando financeiramente, bem como prejudi-

cando a paciente e os objetivos do atendimento.

Pelo exposto, caracteriza-se infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo, nos Princípios Fundamentais II e VI e Artigos 1º “c”, 2º “j” e “o”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CFP n.º 537/2012, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, ao psicólogo por:

- Falta de preparo para a condução do trabalho e uso de práticas de forma não coerente e integrada.
- Utilizar o aparelho “Pineal Trainer”, não regulamentado ou reconhecido pela profissão.
- Indicar medicamentos, solicitando a Médico a prescrição, sem que este tivesse tido contato com a paciente.
- Manejar inadequadamente a relação terapêutica/transfereencial com a paciente, não estabelecer a distância necessária entre os papéis e não perceber o sofrimento psíquico da mesma.

Pelo exposto, caracteriza-se infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo, nos Artigos 1º “b” e “c” e 2º “f” e “j”.

Conheça o Portal do CRP SP no YouTube

A produção de conhecimento sobre como a Psicologia pode e deve atuar na construção de uma sociedade democrática e igualitária sempre foi preocupação do CRP SP. Promover discussões e fazer com que elas alcancem um número cada vez maior de pessoas é inerente ao caráter que o CRP SP imprime à Psicologia. Nos tempos atuais, a internet se mostra uma eficaz ferramenta para conquis-

tar esse objetivo. Por isso, o CRP SP lançou seu canal no YouTube. Nele, é possível acessar toda a produção em vídeo do Conselho, como o registro dos debates, seminários e rodas de conversa realizados, e também do programa Diversidade, que

há 14 anos leva para a tela do Canal Universitário temas que ainda precisam ser superados pela sociedade brasileira, para que o ser humano seja valorizado e respeitado em suas diferenças. Confira: www.youtube.com/crpspsvideos.



Pelo fim dos chamados “autos de resistência”

Entidades da área de direitos humanos, juventude e movimento negro organizaram em abril, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), em São Paulo, um ato político pela aprovação do Projeto de Lei 4.471/12, que acaba com os autos de resistência. O projeto altera o Código de Processo Penal e prevê a averiguação das mortes e lesões corporais cometidas por policiais durante o trabalho. Atualmente esses casos são registrados pela polícia como “autos de resistência” ou “resistência seguida de morte”, e não são investigados. Em 2011, 42,16% das mortes foram registradas como autos de resistência nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2012, cerca de 540 pessoas foram mortas em confronto com a PM, apenas no Estado de São Paulo. O CRP SP participou da atividade e apoia a aprovação do PL.

O perfil das vítimas mostra que elas compõem, em sua maioria, a juventude negra e pobre: 61% são negros, sendo 97% homens e jovens, entre 15 e 29 anos de idade. É o que mostrou o estudo apresentado durante o evento pelo Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (Gevac), da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar). A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Barros, endossou o pedido de aprovação do PL 4.471/12 e afirmou que a não aprovação significa pactuar e dar continuidade ao racismo institucional existente no País. Confira a íntegra do estudo em <http://www.ufscar.br/gevac/>.

Para ONU, internação compulsória deve ser considerada tortura

O relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre tortura, Juan E. Méndez, apresentou ao Conselho de Direitos Humanos um relatório que propõe debate internacional sobre os abusos em cuidados de saúde.

Segundo ele, as ocorrências podem ultrapassar o limiar de maus-tratos e tornarem-se equivalentes à tortura ou a tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Por isso, alegou que os chamados centros de tratamento de drogas ou centros de ‘reeducação através do trabalho’ podem se tornar locais para a prática da tortura e de maus-tratos, além de, em muitos casos, serem controlados por forças militares ou paramilitares, forças policiais ou de segurança, ou ainda por empresas privadas. “É comum a internação compulsória de usuários de drogas em supostos centros de reabilitação. Em alguns países, há relatos de que uma gama de outros grupos marginalizados, incluindo crianças de rua, pessoas com deficiência psicossocial, profissionais do sexo, pessoas desabrigadas e pessoas com tuberculose sejam detidos nesses centros”, afirmou Méndez.

Em 2011, a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em conjunto com o Sistema Conselhos de Psicologia, organizou a 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas. O relatório apresenta o resultado de vistorias em 68 instituições de internação para usuários de drogas, em 24 estados brasileiros e no Distrito Federal. Foram identificadas diversas violações aos direitos humanos nesses locais, como trabalho forçado, violência, condições precárias de higiene e constrangimentos.

Conheça o relatório:

http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/03/2a_Edixo_relatorio_inspecao_VERSxO_FINAL.pdf

LIVROS

Coleção: O Mundo Psicológico de seu Filho

Eliana Marcello De Felice, São Paulo, Editora Ideias & Letras, 2013.

Vol. 1 – O despertar para a vida: Gravidez e primeiro ano de vida. 72 págs.

Preço: R\$ 25,00

Vol. 2 – A formação da personalidade: A criança de 1 a 5 anos. 103 págs.

Preço: R\$ 29,50

Vol. 3 – A conquista da independência: A criança de 6 a 12 anos. 104 págs.

Preço: R\$ 28,50

Vol. 4 – A afirmação da individualidade: Puberdade e adolescência. 94 págs.

Preço: R\$ 27,00

A coleção é dirigida aos pais, às/aos psicólogas/os e aos educadores que desejam conhecer, em linguagem acessível e de fácil compreensão, os principais aspectos psicológicos ligados às etapas do desenvolvimento da criança e do adolescente. Partindo do período da gravidez e contemplando o crescimento da criança até a adolescência, a autora apresenta uma descrição das fases do desenvolvimento e suas características, além do papel dos pais e da família ao longo delas, ilustrando com diversos exemplos de situações da vida cotidiana. As obras resultam da experiência de mais de 30 anos da autora como psicóloga clínica de crianças e adolescentes e como pesquisadora no campo da maternidade e da relação mãe-filho.

TELEFONE: 08007776004 | INTERNET: <http://livrariaideiasletras.com.br/>



Psicanálise e Saúde do Trabalhador: Nos rastros da precarização do trabalho

Lucianne Sant'Anna de Menezes, Editora Primavera Editorial.

Do elemento luxuoso que é o shopping center, destaca-se o manequim para revelar o modo como a precarização do trabalho expõe o trabalhador à perda de saúde e à morte precoce. A relação entre o shopping e a fábrica de manequins é uma metáfora para pensar a realidade psíquica, emocional e cognitiva do ser humano submetida ao capitalismo. A psicóloga e psicanalista Lucianne Sant'Anna de Menezes analisa o processo produtivo, revelando uma montagem marcada pela servidão e apoiada pela manipulação do poder contemporâneo. Além disso, elucida a questão do consumo sem limites, que na realidade é uma forma de dominação, e demonstra, pela trajetória do manequim, a violência não declarada – a realidade da exploração e os riscos a que muitos são submetidos.

PREÇO: R\$ 51,00 | TELEFONE: (11) 3034-3925 | INTERNET: <http://www.primaveraeditorial.com>



FILMES

Em busca de Iara

O documentário resgata a vida da guerrilheira Iara Iavelberg, uma mulher culta e bela que deixou para trás uma confortável vida familiar, optando por engajar-se na luta armada contra a ditadura. Vivendo uma rotina de sequestros e ações armadas, era a companheira do ex-capitão Carlos Lamarca, tornando-se um dos alvos mais cobiçados da repressão. O filme desmonta a versão oficial do regime, que atribuiu sua morte, em 1971, a um suicídio.



A pele que habito

Richard Ledgard (Antonio Bandeiras) é um cirurgião plástico que, após a morte da sua mulher num acidente de carro, se interessa pela criação de uma pele com a qual poderia tê-la salvo. Doze anos depois, ele consegue cultivar essa pele em laboratório, aproveitando os avanços da ciência e atravessando campos proibidos como os da transgênese com seres humanos. No entanto, esse não será o único delito que o cirurgião irá cometer.





IV CONGRESSO BRASILEIRO PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO

OS IMPACTOS DA PSICOLOGIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA:
A POLÍTICA DA CIÊNCIA E DA PROFISSÃO

19 a 23 de novembro de 2014

Participe!

Inscriva seu trabalho e contribua para o
avanço da Psicologia como ciência e profissão.

Inscrições prorrogadas para 30 de junho!

Dia 19 - Cerimônia de abertura

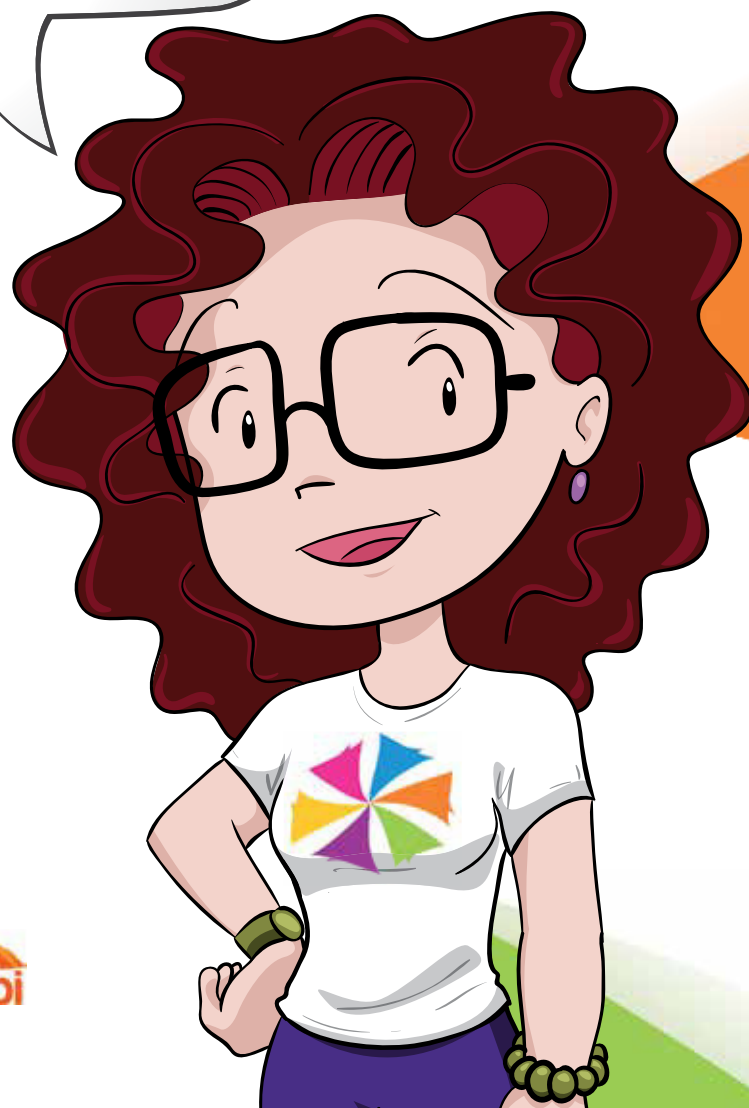
Auditório Celso Furtado
Anhembi Parque - Santana - São Paulo/SP

Dias 20, 21, 22 e 23 - Atividades

UNINOVE - Campus Memorial - prédio D
Barra Funda - São Paulo/SP

Informações e Inscrições

www.cienciaeprofissao.com.br
congresso@cienciaeprofissao.com.br
0800-7792013



Promoção



Apoio

